COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38, DE 2011

Apensado: PLP nº 447/2014

Dispõe sobre condições para a liquidação de créditos de precatórios a serem pagos pelas Fazendas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autor: Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI

Relator: Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 38, de 2011, de autoria do ilustre Deputado Onofre Santo Agostini, com amparo no § 15 do art. 100 da Constituição Federal, determina o pagamento dos precatórios pelas Fazendas Estaduais, Distrital e Municipais, na ordem cronológica de sua apresentação, em parcela única, até o valor equivalente ao triplo das obrigações definidas em leis como de pequeno valor, vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução. Referido pagamento deverá ser efetuado no prazo máximo de doze meses do trânsito em julgado da decisão.

Em sua justificativa, o Autor salienta a intenção de garantir o pagamento em parcela única de até 120 salários mínimos na esfera estadual e distrital, e de até 90 salários mínimos na esfera municipal. Os beneficiários de valores superiores a esses montantes ficam sujeitos à regra geral dos precatórios, isto é, em prestações anuais e sucessivas, atendendo aos limites de receita conforme a capacidade econômica de cada ente.

Encontra-se apensado o PLP nº 447/2014, de autoria do Deputado Thiago Peixoto, de mesmo teor.

As proposições foram distribuídas às Comissões de Finanças e Tributação (CFT), para exame de mérito e de adequação financeira e orçamentária (art. 54, II, do RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (art. 54, I, do RICD).

Na CFT, a matéria foi considerada como não tendo implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PLP nº 38/2011 e do PLP nº 447/2014; no mérito, pela aprovação do PLP nº 38/2011, e pela rejeição do PLP nº 447/2014.

O regime de tramitação é o de prioridade e as proposições estão sujeitas à apreciação de Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Em relação à constitucionalidade dos Projetos de Lei Complementar nº 38, de 2011, e nº 447, de 2014, os quais são de idêntico teor, considero que eles são compatíveis com a Constituição Federal, haja vista que o art. 100, § 15, da Lei Maior, estabelece que lei complementar poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios.

O art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por sua vez, estabelece o referido regime especial “até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal”.

Vê-se, portanto, que os projetos de lei complementar, ora analisados, propõem-se a regulamentar em parte o regime especial de pagamento de precatórios a ser cumprido por Estados, Distrito Federal e Municípios.

Dito de modo mais específico, as proposições criam uma faixa intermediária preferencial para pagamento de precatórios, para além daquela prevista no art. 100, § 3º, da Constituição Federal, no que concerne às obrigações de pequeno valor, de modo que sejam pagos em parcela única os precatórios até o valor equivalente ao triplo das obrigações definidas em leis como de pequeno valor.

Acrescente-se que as proposições em exame vão no mesmo sentido do entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.362, suspendendo a eficácia do art. 2º da Emenda Constitucional nº 30, de 2000, que introduziu o art. 78 no ADCT – e que alongava a quitação dos precatórios judiciais, inclusive aqueles relativos a obrigações de valores reduzidos. Com esse escopo normativo, resta cristalino que as proposições em comento são constitucionais.

No que tange à juridicidade, observo que os projetos de lei complementar, ora analisados, em nenhum momento contrariam os princípios gerais do direito que informam o ordenamento jurídico, tampouco os tratados internacionais de direitos humanos internalizados no Direito brasileiro. Quanto às normas de técnica legislativa e redação, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, as proposições em apreço revelam-se de boa técnica.

Por todo o exposto, **voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 38, de 2011, e 447, de 2014, apensado.**

Sala da Comissão, em 17 de julho de 2018.

Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR
Relator